

OPINIÃO SOCIALISTA

PSTU
Nº660
De 15 a 28 de setembro
de 2023. Ano 27

R\$2

(11) 9.4101-1917

PSTU Nacional

www.pstu.org.br

@pstu

Portal do PSTU

@pstu_oficial

LIT-QI
Liga Internacional dos Trabalhadores
Quarta Internacional



CSP-Conlutas sai fortalecida de congresso vitorioso

Central reafirma democracia operária, independência de classe e oposição de esquerda ao governo Lula. **Páginas 7 a 9**

ENTREGA DO PATRIMÔNIO DO PVO
Unidade da classe trabalhadora para barrar as privatizações!
PÁGINAS 4 E 5

ENCONTRO INTERNACIONAL
Rede Sindical Internacional se fortalece e chega à sua 5ª edição
PÁGINAS 10

CICLONES DO RIO GRANDE DO SUL
Aquecimento global e o descaso dos governos
PÁGINAS 4 E 5

páginadois

CHARGE

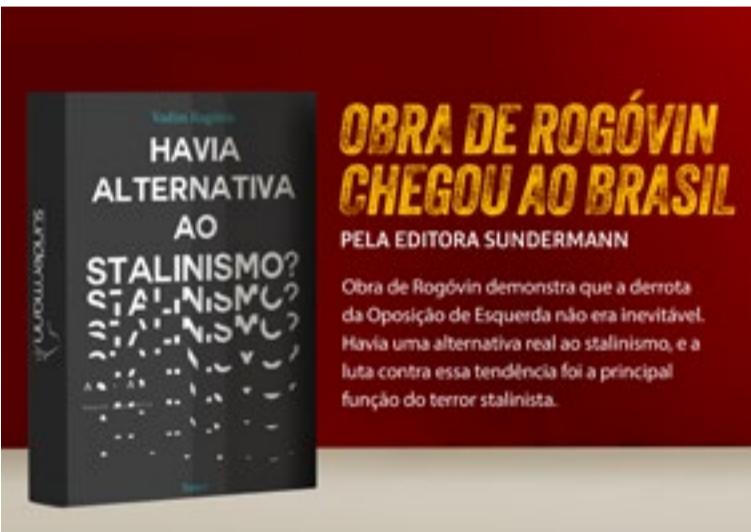


FALOU BESTEIRA

**“ É um bom garoto.
Pessoa decente.
Não vai inventar nada**

“

Bolsonaro
Bolsonaro sobre
a delação de
Mauro Cid.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Cândido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

AVIBRÁS

Ato marca um ano de greve

Manifestação realizada no último 11 em frente à sede da fábrica em Jacareí marcou 1 ano da greve dos trabalhadores da Avibrás, a mais longa da categoria em 67 anos. Organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, o protesto contou com a participação da CSP-Conlutas, Rede Internacional de Solidariedade e Luta, entre outras entidades.

A Avibrás é principal fabricante de material bélico do país, tendo contratos com as Forças Ar-



madas que inclui o Astros 2020, sistema de lançador de foguetes e mísseis considerado um dos mais avançados do mundo.

Apesar de sua importância estratégica, a empresa está em recuperação judi-

cial e prestes a ser entregue ao capital estrangeiro. Os trabalhadores exigem o pagamento de salários (a empresa só pagou quatro meses em um ano), além da defesa dos empregos e a estatização da empresa.

AMERICANAS

Trio “parada dura” sabia das tramoias

Depoimento divulgado pelo ex-diretor-presidente das Americanas, Miguel Gutierrez, reafirmou que o trio de bilionários donos da 3G não só sabiam do rombo de R\$ 40 bilhões, como são diretamente responsáveis por ele. Segundo Gutierrez, Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e, em especial, Alberto Sicupira, que decidia qualquer decisão importante.

Ainda segundo o depoimento do ex-executivo, Sicupira (não confundir com Sucupira, a cidade de Odorico Paraguaçu), ainda promoveu o atual diretor da empresa para blindar o trio. Mesmo com as denúncias, milhares de em-



pregos em xeque e o prejuízo de inúmeros pequenos fornecedores, o patrimô-

nio dos bilionários cresceu mais de R\$ 6 bilhões neste período.

CONTATO

FALE CONOSCO VIA
WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta



(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista -
São Paulo (SP). CEP 01313-000



Oposição de esquerda e alternativa revolucionária

Lula tem tomado uma série de medidas para agradar os grandes bilionários capitalistas, a exemplo do Arcaúto Fiscal e da Reforma Tributária. Nem quando os ricos cometem crimes descarados o governo faz alguma coisa, como foi o caso da privatização da Eletrobrás, que beneficiou o mesmo grupo de empresários corruptos ligados às falcaturas das Americanas.

Mas não é apenas isso. Toda a política econômica do novo governo Lula está baseada na ampliação das famigeradas Parcerias Públco Privadas (PPPs), onde o governo entra com o dinheiro público e as empresas saem com os lucros privados, à custa de serviços ineficientes e caros para os trabalhadores.

MAQUIANDO OS LUCROS DOS BANQUEIROS E A RECOLONIZAÇÃO

Em nove meses de governo, os ricos seguem ficando mais ricos, mas as condições de vida dos trabalhadores e do povo pobre seguem difíceis. O governo faz uma campanha em torno à redução da inflação. É verdade, a inflação teve uma queda no Brasil. Contudo, isso reflete a dinâmica da situação econômica mundial. Não está relacionado a qualquer mudança estrutural do país, ou sequer aponta para um novo ciclo de desenvolvimento ou crescimento duradouro.

O programa Desenrola funcionou para limpar o nome de alguns trabalhadores e pode ter ajudado o consumo. Contudo, isso não significou diminuição do lucro dos bancos à custa dos trabalhadores. Tanto é assim que os banqueiros foram os que mais comemoraram. Aproveitaram o projeto para combater a inadimplência que estava altíssima e afetando seus lucros. Estão ansiosos para manter o endividamento geral da população.

Foto: Maísa Mendes / Tácito Chimato



Ou seja, o problema estrutural segue. Os banqueiros dominam a economia brasileira, sugam o salário dos trabalhadores, se beneficiam do orçamento através da dívida pública e pagam poucos impostos. Enquanto isso, os trabalhadores se endividam para sobreviver.

Os anúncios sobre algumas possibilidades de investimentos, como das montadoras chinesas e do setor de energia verde, são de um patamar que não altera o quadro geral de reprimarização da economia brasileira (papel de exportador de matérias primas e recursos agrícolas e minerais). Longe de uma busca por uma posição superior na divisão mundial do trabalho, o que vem se consolidando e aprofundando é a recolonização e subalternidade do Brasil em relação aos países centrais e imperialistas, como Estados Unidos, União Europeia e China.

ALIANÇA COM BOLSONARISTAS

Na movimentação política, Lula entregou mais dois ministérios para o Centrão, alojando

o Partido Progressistas (PP) e o Republicanos no governo. Esses partidos foram fundamentais na manutenção e no apoio ao governo Bolsonaro. Além deles, há outros, como o MDB, o PSD, o União Brasil, e muita gente de direita dentro do governo Lula, que segue tentando conciliar com os militares, não punindo exemplarmente toda a cúpula envolvida na tentativa de golpe do 8 de janeiro.

Essas mudanças nos ministérios são para agradar Arthur Lira (PP). Coube a ele anunciar que, em breve, deverá ser votada uma nova Reforma Administrativa; isto é, um grande ataque à Saúde, à Educação e todos demais serviços públicos, bem como aos direitos dos servidores públicos.

Por isso, não devemos depositar nenhuma confiança no governo Lula. É um governo de conciliação de classes, favorável aos interesses da burguesia. Nossa papel é construir iniciativas no movimento, em unidade de ação, para a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, como está ocorrendo em São Paulo,

na realização de um plebiscito contra as privatizações de Tarécio (Republican).

CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS APONTA O CAMINHO

O 5º Congresso da CSP-Conlutas cumpriu um papel muito importante ao reafirmar a independência da Central em relação ao governo Lula. Também foram aprovados um plano de lutas e um chamado aos trabalhadores e demais organizações a lutar contra os ataques aos direitos dos trabalhadores promovidos pelos governos e patrões.

Este também é o caminho para derrotar, de uma vez por todas, a ultradireita. Não é apoiando o governo. Afinal, o governo alimenta a ultradireita: seja administrando o capitalismo, seja conciliando com Centrão e com a cúpula das Forças Armadas. Ou, ainda, sendo agente da burguesia.

A CSP-Conlutas mantém seu programa e projeto originais, de ser uma alternativa às demais centrais e organizações do movimento que se atrelam aos governos e à burguesia.

Essas, ao contrário, se movimentam por seus interesses, apoiando este ou aquele setor burguês, para garantir seus interesses materiais particulares.

OPOSIÇÃO DE ESQUERDA, REVOLUCIONÁRIA E SOCIALISTA

No marco da unidade de ação para lutar, é preciso reafirmar a necessidade de se localizar como oposição de esquerda ao governo e à ultradireita. Este é um primeiro passo fundamental para pavimentar uma alternativa independente dos dois blocos burgueses que dominam o cenário político atual.

As mazelas sociais e políticas desse país só serão resolvidas quando enfrentarmos os bilionários, os donos das grandes empresas, multinacionais e bancos que controlam o Brasil.

Este é o caminho, se quisermos, de fato, acabar com a fome, a miséria, garantir emprego para todo mundo, reduzir a jornada e ter um salário mínimo do DIEESE, já. Também só assim teremos condições de acabar com as ameaças, violência e assassinatos promovidos pela burguesia no campo, nas comunidades indígenas e quilombolas.

Por isso é preciso construir uma oposição de esquerda com independência de classe no movimento. Mas é preciso também apontar para a construção de uma alternativa revolucionária e socialista. O fortalecimento de uma alternativa política para os trabalhadores tem que se contrapor tanto ao governo Lula quanto a oposição de ultradireita defendendo um governo dos trabalhadores que coloque o capitalismo em xeque e abra caminho para a revolução socialista. Qualquer governo de aliança com a burguesia faz o contrário disso, independentemente de como se chame.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3EG7VG2](https://bit.ly/3EG7VG2)**

PRIVATARIA

Unidade da classe trabalhadora para barrar as privatizações!



GERALDO ARAÚJO BATATA,
DE CONTAGEM (MG)

O recente apagão de energia elétrica em todo o país, contraditoriamente, lançou luz, novamente, na discussão sobre as privatizações. No caso da energia, menos de um ano após a privatização da Eletrobrás, já vivemos um corte com imensos prejuízos.

A empresa já vinha sendo sucateada pelo governo Bolsonaro, para colocá-la à venda por um valor irrisório em relação ao seu patrimônio. O governo Lula, contudo, poderia ter aproveitado a crise desencadeada para avançar na discussão de reestatização da empresa, mas preferiu seguir a vontade de seus aliados no Congresso e calou-se diante dessa possibilidade.

A derrota de Bolsonaro nas eleições não significalo o fim da ofensiva burguesa contra os direitos da classe trabalhadora e o patrimônio público. Segue a ofensiva privatista, levada a cabo por governadores e prefeituras, enquanto o governo Lula segue dando continuidade a alguns projetos aprovados por Bolsonaro, sem reverter as privatizações.



Tarcísio de Freitas numa cena ridícula em privatização do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas.

Foto: B3/Divulgação

ENTREGA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Quem privatiza o Brasil?

Os governadores de vários estados seguem, a todo vapor, com seus planos de entrega de estatais em diversas áreas, como geração e distribuição de energia, saneamento básico, gás, mineração, dentre várias outras.

Bahia - O governador petista Jerônimo Rodrigues colocou a Bahiagás à venda, o que pode agravar a crise nos preços dos combustíveis no Nordeste, já que, com a privatização da refinaria Landulpho Alves, a região apresenta os preços mais altos do país.

Minas Gerais - O governo Zema (Novo) está fazendo de tudo para vender a Copasa (empresa de saneamento e água), a CEMIG (energia elétrica), a Gasmig e a Codemig, que detém parte do controle sobre as reservas de nióbio (minério usado para fabricação de aço e outras ligas metálicas). Para isso, o governador enviou um projeto à Assembleia Legislativa que desobrigaria o estado de convocar um plebiscito popular sobre privatizações de estatais.

Paraná - O governo de Ratinho Júnior (PSD) privatizou a Companhia Paranaense de Energia (Copel), através de venda de ações no valor de R\$ 5,1 bilhões. Uma bagatela, já que a empresa é uma das maiores no setor de energia, atendendo 4,5 milhões de domicílios, em 400 municípios.

Rio Grande do Sul - Eduardo Leite (PSDB) avançou com a assinatura da privatização da Corsan (saneamento), entregue para a Aegea Saneamento, uma das empresas que monopoliza o setor.

São Paulo - O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) quer privatizar o Metrô, a Sabesp (água e saneamento) e a CPTM (companhia de trens). Além dessas, outras 12 empresas estão na mira do bolsonarista.

Esses são alguns exemplos de empresas entregues ao capital internacional, a preços muito baixos e criando monopólios privados, que, sem pestanejar, também aumentam as tarifas e os lucros, piorando o atendimento à população.

HISTÓRIA DO ENTREGUISMO

De monopólios estatais a monopólios privados

De acordo com o modelo de desenvolvimento econômico adotado no país, a criação de estatais garantiu a infraestrutura para a industrialização. Na verdade, as multinacionais entraram no país com indústrias de maior valor agregado, recebendo, por décadas, isenções fiscais, dentre outras vantagens que garantiram lucratividade fácil em tempo recorde.

Por este motivo, o crescimento econômico do país foi profundamente marcado pela ampliação da desigualdade social, da miséria, da favelização das grandes cidades, a manutenção do latifúndio etc.

No decorrer das décadas, as estatais estiveram presentes em diversos setores, como a produção do petróleo e gás (Petrobras), geração de energia (como a Eletrobrás) ou em serviços prestados pelos estados, como saneamento, estradas, mineração e siderurgia. Assim, associadas à entrada de grandes indústrias estrangeiras, foram responsáveis pelo crescimento acelerado do país durante muito tempo.

MUDANÇA DE RUMO

No final dos anos 1980, quando o país assumiu uma nova localização na divisão

internacional do trabalho, ao mesmo tempo em que ocorria uma queda na entrada de investimentos estrangeiros e a transferência desses para a China e Leste Asiático, a burguesia nacional passou a adotar um modelo de abertura comercial, privatizações e ajustes fiscais, com o objetivo de transferir a propriedade estatal e os serviços públicos para empresas privadas.

Esse processo foi capitaneado por bancos, fundos de pensão e fundos de investimentos nacionais e estrangeiros que, desde então, constituíram grandes monopólios

privados. Outra consequência foi a desnacionalização e a desindustrialização relativas da economia, visto que o setor primário (matérias-primas e alimentos), com fornecimento de produtos para a China, absorveu grande parte dos investimentos.

As privatizações tiveram início no governo Sarney e continuaram com Collor, Itamar e FHC, governo que mais privatizou. Entre 1990 e 2005, mais de 200 empresas foram privatizadas e o dinheiro foi usado para pagamento de amortizações, juros e serviços da dívida pública. Ou seja, fo-

ram parar nos bolsos dos mesmos banqueiros que compram títulos da dívida pública.

As empresas privatizadas são gigantes como a Vale, Embraer, Telebrás, Usiminas, Açominas, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), todo o setor de siderúrgia, de fertilizantes, distribuição de energia elétrica, além das ações da Petrobras e do Banco do Brasil.

TODOS GOVERNOS PRIVATIZARAM

Os governos do PT seguiram administrando esse processo. Cerca de 2.600 km de

rodovias foram revitalizadas e a manutenção foi concedida a grupos privados, cobrando taxas e pedágios. Além dos principais aeroportos do país, também foram privatizados os bancos dos Estados do Ceará e Maranhão. E o maior leilão realizado resultou na entrega do Campo de Libra, na camada do pré-sal.

Bolsonaro avançou bastante na estratégia de venda das esta-

tais, sendo a Eletrobrás a principal delas. Além disso, promoveu a venda de ações de subsidiárias da Petrobras (BR Distribuidora, Refinaria Landulpho Alves, e TAG) e do BNDESPAR (setor do banco especializado em marcas de capitais e investimentos). Ao todo, Bolsonaro arrecadou R\$ 304 bilhões com as privatizações, valores também usados, em sua maior parte, para abatimento da dívida pública.

A atual onda privatista, nos estados, está inserida nesse contexto. O objetivo é avançar na entrega do patrimônio público para os grandes monopólios privados. No guia informativo para a privatização da Sabesp, por exemplo, o governo Tarcísio de Freitas chegou a colocar como medida benéfica a transformação da empresa em plataforma multinacional do setor.



Foto: B3/Divulgação

Zema na privatização do metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O governador mineiro teve uma ajudinha do governo Lula.

A RAPINA DOS MONOPÓLIOS PRIVADOS

Eles querem saquear nosso patrimônio



Foto: Americanas/Divulgação

Trio de acionistas que fraudou Americanas agora controla a Eletrobras.

Desde o início das privatizações, muitas mudanças ocorreram no controle das empresas. Na grande maioria ocorreu a constituição de gigantescos monopólios privados de multinacionais, que assumiram os serviços antes prestados pelas estatais. Desde então, recursos fabulosos, que poderiam ser investidos no desenvolvimento do país, foram transferidos para

poucos ricaços. Veja abaixo alguns exemplos:

► Do antigo **Sistema Telebrás**, o controle da telefonia está nas mãos de três grandes grupos: Claro (30% do mercado, propriedade do mexicano Carlos Slim); Vivo (25% do mercado, espanhola); TIM (20% do mercado, propriedade italiana).

► **Embraer**: 15% foram para a gestora norte-americana

na Brandes Investment Partners; 5,4% para o BNDESPAR; e outros 5% para BlackRock, maior gestora de investimentos do planeta. O restante foi pulverizado em ações de inúmeros fundos de investimentos.

► **Vale**: 74% das ações da Vale estão pulverizadas. A Previ tem 8,72% das ações; a Mitsui, japonesa, 6,31%; e a BlackRock, 6,01%. 60% das vendas de minério de ferro vão direto para a China.

► **Setor de energia elétrica**: Nove empresas controlam quase todo o setor, entre elas a Eletrobrás, Engie (Franco-Belga), AES, EDP (portuguesa e 3G Radar), ENEL (italiana), Energisa (nacional) e Neoenergia (Espanhola). Com a privatização da Eletrobrás, a energia

está nas mãos dos monopólios privados, em sua maioria com participação de fundos de investimentos estrangeiros.

► Já no **setor de saneamento**, cinco grandes grupos controlam contratos com prefeituras e governos onde vivem 47 milhões de pessoas (22% da população). Essas empresas são controladas, em geral, por bancos e fundos de investimentos estrangeiros. A BRK é a maior empresa, detém quase metade das concessões privadas no país (45%) e é de propriedade da canadense Brookfield, atuando em 109 municípios, em uma área onde vivem quase 20 milhões de pessoas. As outras empresas são a Aegea, o Grupo Águas do Brasil (Saab), a Iguá e a GS Inima Brasil. As crí-

ticas da população se avolumam. Além de deixarem sem água as áreas onde a população mais pobre vive, também cobram uma tarifa 11% maior que em outras cidades e estados. Já houve casos em que o serviço foi reestatizado, como no Tocantins.

São essas empresas que estão de olho nas privatizações de Zema e Tarcísio. No caso da Sabesp, a receita líquida é R\$ 22 bilhões e lucro líquido de R\$ 3,12 bilhão. No caso da COPASA (saneamento em Minas Gerais), 11,8 milhões de pessoas são abastecidas pelo sistema e o faturamento anual é de R\$ 5,37 bilhões, com lucro líquido de R\$ 843 milhões.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3LJNXJW](https://bit.ly/3LJNXJW)**

O PATRIMÔNIO É DO Povo!

Devemos exigir que Lula reestatize as empresas privatizadas

A luta dos sindicatos e movimentos sociais tem se intensificado. Em São Paulo, os trabalhadores e trabalhadoras das estatais, sindicatos e movimentos sociais lançaram, no último dia 5 de setembro, o "Plebiscito Popular Contra as Privatizações". As votações e mobilizações têm encontrado grande apoio popular. No 5º Congresso da CSP-Conlutas, centenas de delegados e delegadas votaram contra as privatizações e, também, foi aprovado que se dê todo apoio à luta dessas categorias. Em Minas Gerais, os trabalhadores das estatais também têm se mobilizado contra a ofensiva de Zema.

Mas, enquanto isto, uma coisa começa a chocar os ativistas: apesar da grande expectativa quanto ao apoio do governo

Lula/Alckmin na luta contra as privatizações, até esse momento o governo não se moveu para impedir que elas continuem. Ao contrário, o governo Lula apoiou a privatização do metrô de Belo Horizonte, quando poderia tê-la impedido, e, até agora, tem se calado diante da privatização do metrô do Recife.

No caso da Eletrobrás, a posição oficial do governo é manter a privatização e brigar meramente para aumentar o peso no Conselho de Administração, o que, de fundo, significa que pretende continuar sócio dos acionistas privados, gente como Lemann e Cia.

Isso não pode acontecer. Devemos exigir que o governo assuma, de forma definitiva e categorica, uma posição contrária

às privatizações em curso, que reverta o processo no Metrô de BH e impeça o do Recife. Mas, também, que jogue todo o seu peso institucional contra as privatizações em curso nos estados e no país. E, ainda, reestatize as empresas que foram privatizadas, com apoio e controle dos trabalhadores e das comunidades.

NÃO BASTA SER ESTATAL, É PRECISO O CONTROLE DOS TRABALHADORES.

As estatais foram fundamentais para o desenvolvimento econômico do país. No entanto, estão colocadas sob o marco geral da propriedade privada capitalista, que visa o lucro, sem levar em consideração as reais necessidades da maioria da população trabalhadora.

Em geral, as direções dessas empresas ficam nas mãos de representantes do capital financeiro nacional e estrangeiro, que dilapidam essas empresas e reduzem a sua produtividade, desviando sua finalidade. Após saqueá-las durante décadas, resolvem, ao seu modo, privatizá-las a preços muito abaixo do que valem, demitindo trabalhadores, reduzindo direitos e aumentando as taxas para os serviços que prestam para a sociedade.

Um verdadeiro desenvolvimento econômico deve partir das necessidades da população. Por isso, a necessidade de reestatizarmos as empresas privatizadas que, hoje, são grandes monopólios que servem apenas para aumentar o lucro das oligarquias dos bi-

lionários. Essa tarefa está nas mãos da classe trabalhadora, da juventude, de todos os explorados e oprimidos pelos desmandos do capital.

O controle dessas empresas pelos trabalhadores e trabalhadoras, a partir de conselhos populares, pode garantir que as riquezas dessas empresas sirvam para resolver os graves problemas sociais que são constantemente agravados pela crise do capitalismo. O socialismo que defendemos é o da democracia operária, do controle da produção pelos operários e a população trabalhadora. Significa colocar um fim às décadas de atraso econômico, social e cultural que herdamos de uma burguesia covarde, exploradora e escravocrata.

ENCONTRO

Campanha contra privatizações em São Paulo mobiliza trabalhadores para derrotar Tarcísio

 DEYVIS BARROS
DE SÃO PAULO (SP)

O governador bolsonarista de São Paulo, Tarcísio de Freitas, anunciou uma série de privatizações, dentre elas, das maiores empresas públicas do estado: Metrô, Sabesp (saneamento) e CPTM (trens).

As privatizações de empresas essenciais em São Paulo, que prestam serviços para milhões de trabalhadoras e trabalhadores, são parte de um projeto de espoliação do Estado brasileiro a serviço dos lucros de grandes empresários, muitas vezes estrangeiros. Pouco importa a piora na qualidade e o encarecimento dos serviços prestados ou a perda de riquezas, de direitos e de soberania. O que interessa é aumentar a rapina do nosso patrimônio e encher o bolso de meia dúzia de bilionários.

A aplicação desse projeto não é exclusividade de Tarcísio e do bolsonarismo. Lula segue essa mesma cartilha em seu governo. A Lei das Parcerias PÚBLICO-Privadas (PPPs), que foi aprovada em seu primeiro governo, está agora sendo ampliada por Haddad, ministro da Fazenda, e vai facilitar ainda mais as privatizações de empresas e serviços. Neste momento o presidente se prepara para privatizar os metrôs de Recife e Porto Alegre, e já privatizou o de Belo Horizonte. Também não reestatiza empresas essen-



ciais, como a Eletrobras, que, nas mãos do capital privado, causam um verdadeiro prejuízo ao povo brasileiro.

PLEBISCITO E LUTA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

O que Tarcísio e os grandes empresários não contavam era com a resistência dos trabalhadores e do povo pobre de São Paulo para enfrentar esse ataque.

Na noite do último dia 5 de setembro, aconteceu um ato público organizado pelos sindicatos dos metroviários, dos trabalhadores da Sabesp e da CPTM, juntamente com centrais sindicais, movimen-

tos sociais e partidos políticos (o PSTU esteve presente), que contou com a participação de mais de 2 mil ativistas para lançar um plebiscito popular e ouvir a população sobre o que acha das privatizações.

Nas periferias, onde a população carece de serviços básicos e onde uma parte do transporte ferroviário e dos serviços públicos já é privatizada, estão sendo montados vários comitês populares para aplicação do plebiscito. O mesmo está sendo feito em escolas, faculdades e estações de trem e metrô. O PSTU está montando pontos de coleta de votos do plebiscito em portas de várias fábricas do estado.

CATEGORIAS REALIZAM GREVES UNITÁRIAS PARA ENFRENTAR PRIVATIZAÇÕES

A pressão dos trabalhadores já obrigou o governador a fazer recuos. A ameaça de uma greve dos metroviários em agosto deste ano obrigou Tarcísio a suspender a terceirização da manutenção da Linha-15 do metrô.

Enquanto escrevemos esta matéria, os trabalhadores do

A unificação das lutas e a ação direta dos trabalhadores são fundamentais para colocar Tarcísio na parede e barrar seu projeto privatista.

COMO PARTICIPAR?

É muito importante a participação ativa de todas aquelas e aqueles que compreendem a importância de lutar contra as privatizações de Tarcísio. Você pode montar uma urna no seu local de trabalho, estudo ou moradia; pode montar um comitê de luta contra as privatizações com ativistas ou amigos próximos; ou pode ainda se somar nas atividades de coleta de votos já programadas em várias regiões do estado.

Entre em contato pelas redes sociais do PSTU São Paulo (Instagram e Facebook) e receba o calendário de atividades da campanha ou pegue urnas para realizar o plebiscito em sua comunidade.

PARTICIPE!



Use o QR-CODE
ao lado e apoie
a campanha!



Foto: Maísa Mendes / Tácito Chimato



Foto: Maísa Mendes / Tácito Chimato

5º CONGRESSO NACIONAL

CSP-Conlutas sai fortalecida em congresso que reafirma oposição de esquerda ao governo Lula



Foto: Sérgio Koei

DA REDAÇÃO

Um clima de vitória e empolgação. Não há outra forma para definir o sentimento após o desfecho do 5º Congresso Nacional da CSP-Conlutas que, num momento de relativo refluxo das lutas, no primeiro grande evento pós-pandemia, e nadando contra a corrente de praticamente a totalidade das organizações da classe trabalhadora que estão atreladas ao governo Lula-Alckmin, conseguiu colocar 1.600 ativistas, dos quais mil delegados e delegadas eleitos na base, para discutir e deliberar sobre as principais lutas e, principalmente, reafirmar a construção de uma entidade marcada pela independência de classe, o inter-

nacionalismo e a unidade entre os mais diversos setores dos trabalhadores e os mais explorados e oprimidos.

Sob o lema de “O lugar onde as lutas contra os governos, os patrões e toda forma de opressão se encontram”, o congresso reuniu, entre os dias 7 e 10 de setembro, no Clube Guapari, Zona Norte da capital paulista, delegados eleitos em assembleias em todo o país, entre operários metalúrgicos, trabalhadores dos serviços públicos, bancários, além de estudantes, ativistas dos movimentos popular, negro, de mulheres, LGBTI+, além de representantes de povos originários, quilombolas, tradicionais e camponeses. A delegação internacional, por sua vez,

contou com 45 representantes, incluindo ativistas vindos diretamente do “front” na Ucrânia.

OPOSIÇÃO DE ESQUERDA AO GOVERNO LULA

Entre as principais lutas reafirmadas pelo congresso para o próximo período estão o combate ao Arcabouço Fiscal e à Reforma Tributária; pela revogação, por inteiro, das reformas Trabalhista, Previdenciária e do Ensino Médio; contra a Reforma Administrativa, o Marco Temporal e as privatizações; em defesa dos povos originários e tradicionais, dos camponeses e movimentos populares em suas lutas por terra e pela moradia; e contra as opressões, dentre outras.

Mas, esse plano de ação não seria consequente se a CSP-Conlutas

não se definisse de forma categórica como oposição de esquerda ao governo Lula-Alckmin que, junto ao Centrão e a setores da direita, impõem esses ataques. “Nossa central precisa enfrentar os governos de ultradireita, como o do bolsonarista Tarcísio em São Paulo. Mas, não só! Precisamos enfrentar, também, o governo burguês de Lula e Alckmin”, defendeu a professora Flávia Bischain, militante do PSTU,

militante do PSTU, que integrou o Bloco Classista Operário e Popular, que concorreu entre as diversas teses apresentadas a cada tema do congresso.

CSP-CONLUTAS SAI FORTALECIDA

A vitória do congresso se dá não só pelos expressivos números no atual contexto pós-pandemia, de avanço da precarização

e de capitulação das principais organizações de esquerda ao governo, mas também por expressar, de forma viva, as principais lutas em curso. Da luta pela estatização da fábrica bélica da Avibrás, há 1 ano em greve, às lutas dos povos originários, quilombolas e de luta pela terra, passando pela luta contra o genocídio da juventude negra.

Um congresso que afirmou o caráter independente, classista e internacionalista da CSP-Conlutas, pautado pela democracia operária e com o perfil capaz de aglutinar os setores mais explorados e oprimidos da nossa classe.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3RL4H8Q](https://bit.ly/3rl4h8q)**

EXEMPLO

Democracia operária dá o tom

Algum desavisado que caísse por engano no congresso da CSP-Conlutas se espantaria não só pelo caráter diverso do ambiente, que colocava lado a lado ativistas da resistência ucraniana e indígenas da etnia Tremembé; ou pelo conteúdo das resoluções aprovadas, que primam pela independência em relação aos governos e patrões. Mas, principalmente, pelo caráter democrático dos de-

bates, algo sem paralelo entre as demais centrais.

As votações foram divididas em 10 temas. Para cada um, foram apresentadas diferentes teses, por correntes e organizações políticas distintas, que puderam defendê-las par a par, independentemente do tamanho. Para ter uma ideia, no 3º dia, quando foram discutidas as principais resoluções, foram mais de 40 falas.

Além disso, os Grupos de Trabalho permitiram que praticamente todos os delegados e delegadas pudessem falar, debater e apresentar propostas, para que fossem levadas ao plenário. Estes grupos discutiram a situação do país e internacional, autodefesa, combate às opressões, defesa do território e do meio ambiente, além do balanço da Central no último período.

RAIO-X DO 5º CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS



Delegados(as) presentes: 949

Observadores(as): 369

Delegação internacional: 45

Convidados(as): 32

Expositores: 56

Crianças na creche: 57

Imprensa: 35

Pessoal de apoio: 110

TOTAL: 1.653

ATNÁGORAS LOPES

“Apontamos a necessidade de fortalecer a independência de classe frente aos governos e patrões”

No final do Congresso da CSP-Conlutas, ainda no Clube Guapira, na capital paulista, o Opinião Socialista conversou com o Atnágoras Lopes, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém (PA) e membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, que fez uma breve avaliação do congresso.

O 5º Congresso da CSP-Conlutas reuniu mais de 1.600 pessoas, entre delegados, observadores, convidados, delegação internacional e apoio. Como foi o desafio de organizar um evento deste tamanho na atual conjuntura?

Atnágoras Lopes – Foi um desafio muito grande, mas só foi possível pelo envolvimento de todos os sindicatos e movimentos populares que constroem a Central, que atenderam ao chamado e compreenderam a importância em realizarmos nosso congresso em uma conjuntura difícil, que exige de nós uma postura firme frente a um governo de conciliação de classes, que arrastou todas as outras centrais sindicais para debaixo de sua asa. Tivemos dificuldades financeiras, o que impediu que muitos mais delegados e delegadas estivessem presentes. Contudo, fomos vitoriosos. Foi um congresso com mais de 1.600 ativistas, com trabalhadores e trabalhadoras das mais diversas categorias, movimentos populares do campo e da cidade, povos originários, quilombolas, trabalhadores rurais, ativistas da luta contra o machismo, a LGBTIfobia e o racismo, e da juventude. Todo mundo junto e misturado. Apontamos a necessidade organizar a luta e fortalecer a independência de classe frente aos governos e patrões.

Um dos temas mais debatidos no Congresso foi a relação dos movimentos sociais e entidades sindicais com o atual governo Lula/Alckmin. O que foi aprovado nesse sentido?

Atnágoras Lopes – No debate sobre conjuntura nacional, o perfil de independência de classe e autonomia em relação a todos os governos e patrões foi reivindicado por todos e, mais uma vez, reafirmado. Aprovamos que a CSP-Conlutas deve fazer uma oposição de esquerda ao governo da frente ampla com a burguesia, capitaneado por Lula e Alckmin, ao mesmo tempo em que deverá seguir combatendo a ultradireita e os golpistas. Nos nove meses de experiência com o governo Lula-Alckmin, foram tomadas medidas como o novo Arcabouço Fiscal, a Reforma Tributária, a volta da ameaça da Reforma Administrativa, a omissão diante da ofensiva para aprovar o Marco Temporal contra os povos indígenas, os planos de explorar petróleo na Amazônia, dentre outros que comprovam o caráter burguês do governo, sua subserviência aos bancos internacionais e nacionais, ao agronegócio e ao empresariado em geral. Frente a esse quadro, a tarefa da Central é se colocar como oposição de esquerda, para defender os interesses da classe trabalhadora e se opondo, também, a todos os demais governos que atacam nossa classe.



Atnágoras Lopes fala em plenária final do Congresso

Como também seguiremos combatendo a ultradireita, exigindo a prisão de Bolsonaro e todos os golpistas.

O congresso reuniu trabalhadores do campo e da cidade, ativistas de luta contra as opressões, povos originários e quilombolas, e juventude. Qual a importância de termos uma Central com um caráter sindical e popular?

Atnágoras Lopes – O lema

do congresso foi ‘O lugar onde as lutas contra os governos, patrões e toda forma de opressão se encontram’, o que mostra o caráter sindical e popular da Central. Avaliamos que é um acerto político unir sindicatos da cidade e do campo, movimentos de lutas contra as opressões, movimentos e entidades de estudantes, os povos originários, quilombolas e imigrantes, numa mesma organização, porque o que nos une

é a luta contra a exploração e a opressão. Essas diversas lutas e vozes estiveram presentes e foram protagonistas no congresso. O plano de lutas que aprovamos contempla essa pluralidade, que também se expressa na composição da direção da Central.

Leia a entrevista na íntegra no Portal

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3ZYMUF7](https://bit.ly/3ZYMUF7)**

ATIVIDADE MML

Combater a violência policial e o genocídio

No sábado à noite, aconteceu o lançamento da revista comemorativa dos 15 anos do Movimento Mulheres em Luta (MML), em uma plenária nacional do movimento, que reuniu algo em torno de 400 pessoas. Além do lançamento da revista, a plenária aprovou, ainda, impulsionar e participar dos atos pela legalização do aborto, no dia 28 de setembro; além de construir o dia nacional de emergência contra a violência às mulheres, que vai marcar o 25 de novembro deste ano.



Foto: Movimento Mulheres em Luta /Divulgação

NÃO AO MARCO TEMPORAL

Congresso ecoa as vozes dos povos indígenas, quilombolas e camponeses

As lutas dos povos originários, dos quilombolas e dos trabalhadores rurais e camponeses ecoaram no congresso, reafirmando o caráter popular da entidade. Um dos momentos mais marcantes aconteceu no sábado (dia 9), quando o palco foi ocupado pelos povos originários, camponeses e quilombolas de diversos estados, que denunciaram os ataques que estão sofrendo, apontaram o caminho da resistência e chamaram a unidade da luta operária, indígena e camponesa.

“Estamos lutando pelo direito de existir. Essa atuação, essa luta, tem que ser em unidade, pois a unidade fortalece a nossa resistência. Sinto-me feliz e honrada em ser parte da CSP-Conlutas e ter vocês, trabalhadores e jovens de todo o país, como esteio e força para seguirmos na luta”, discursou Künã Yporã Tremembé, também conhecida como Raquel Tremembé, liderança do povo Tremembé do Maranhão.

“Nós sabemos que os povos indígenas carregam uma triste estatística de violência e invisibilidade. Uma situação que parece nunca ter fim. Estamos aqui para selar essa unidade, pois precisamos dessa força para enfrentar a crise climática, a destruição do meio ambiente e a legalização do genocídio indígena que vem junto com a tese do Marco Temporal”, completou Künã Yporã.

PERSEGUÍÇÕES E ATAQUES

Muitas foram as denúncias feitas por indígenas, quilombolas e camponeses, a exemplo do relato de Socorro Alves, moradora do Quilombo de Coicalinho, município de Parnaíba, e articuladora do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom).

“Existe um conflito forte com os grileiros. Isso começou com a empresa Suzano Celulose, que desmatou e, depois, passou essas terras para os latifundiários produtores de milho e soja. Hoje, nossa comunidade está ilhada, cercada por essas



Raquel Tremembé fala no Congresso.

Foto: Márcia Mendes / Táctico Chimato

grandes plantações. Estamos sofrendo com o desmatamento e com os agrotóxicos. Todos os moradores estão sofrendo com uma forte coceira no corpo, dores de cabeça, enjoos e tonturas”, disse Socorro.

Ataques e perseguições aos indígenas, camponeses e quilombolas seguem a todo vapor no governo Lula (PT). “Recentemente, realizamos um protesto

na sede do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em São Luís, e o superintendente veio com a velha estória de quem não tem verba. Prometeu visitar a comunidade e não foi. Estamos indignados com toda essa situação e mais indignados ainda com o governo que, com toda essa situação, não faz nada”, pontuou a articuladora do Moquibom.

No plano de lutas aprovado no 5º Congresso Nacional da CSP-Conlutas consta a necessidade de avançar na luta contra o Marco Temporal; cobrar, com mobilização e independência de classe, que o governo Lula-Alckmin demarque e homologue todas as terras indígenas e quilombolas. Assim como foi aprovado a luta por uma reforma agrária radical.

INTERNACIONALISMO

“Ucrânia, escuta, sua luta é nossa luta”



Yuri Petrovich fala ao plenário do congresso da CSP-Conlutas.

Foto: CSP-Conlutas/Divulgação

Entre as presenças e manifestações internacionais, a resistência ucraniana à ocupação russa foi, sem dúvida, o ponto forte. O painel sobre a guerra na Ucrânia reuniu o ativista ucraniano Yuri Petrovich, do Sindicato Independente dos Mineiros de Kryvyi Rih; Paweł Nowozycki, da Iniciativa Operária da Polônia, além de Nara Cladera, da central Solidaires, da França, e da

Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas.

Os ativistas relataram a resistência heroica da classe trabalhadora ucraniana contra a invasão liderada por Putin. “Quando a Rússia se aproximou de Kryvyi Rih, nós não tínhamos exército. Os trabalhadores se organizaram e foram lutar no front contra a invasão. Não aceitamos nem domínio nacional, nem domínio

de classe”, relatou Yuri, que também contou sobre a importância da atuação da CSP-Conlutas e da Rede Internacional. “A resistência e a iniciativa de CSP-Conlutas e da Rede Sindical são enormes ferramentas para unir a classe operária da Ucrânia com a classe do mundo”, afirmou.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3ZYMUF7](https://bit.ly/3ZYMUF7)

GENOCÍDIO



Justiça para os 9 de Paraisópolis

Um dos momentos mais marcantes do congresso foi o depoimento emocionado de Maria Cristina Quirino, mãe de Denys Quirino, um dos nove jovens assassinados pela PM num baile funk em Paraisópolis, Zona Sul de São Paulo, em 2019. Ela é uma das lideranças das Mães de Paraisópolis, que exigem justiça ao massacre. “Tinha muitas coisas para falar neste momento, mas o que queria dizer é que a polícia é mentirosa, ela usa da legitimidade dada pelo sistema para matar os nossos filhos”, afirmou. “Nossos filhos morreram asfixiados, como no caso do camburão em Sergipe”, relatou, denunciando, ainda, a mais recente onda de chacinas policiais em São Paulo, no Rio e na Bahia, e exigindo justiça e o fim do genocídio da juventude negra.

Assista o depoimento



INTERNACIONALISMO

Rede Sindical Internacional se fortalece e chega à sua 5ª edição



Plenária do encontro

DA REDAÇÃO

O 5º Encontro da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas aconteceu entre os dias 10 e 12 de setembro, em São José dos Campos (SP), contando com 42 representantes, de 21 organizações e 17 países da Europa, das Américas, da África, Ásia e do Oriente Médio, além de cerca de 80 brasileiros e brasileiras. Para falar o evento e suas deliberações, conversamos com Herbert Claros, metalúrgico, integrante do Setorial Internacional da CSP-Conlutas e de sua Secretaria Executiva e, também, da coordenação da Rede.

Como você avalia a realização deste 5º Encontro, levando em consideração o cenário mundial, marcado pelo crescimento dos ataques aos trabalhadores e trabalhadoras, no mesmo ritmo do avanço da crise do sistema, e pela crescente polarização político-social?

Herbert Claros – O encontro foi muito importante para dar continuidade ao desenvolvimento e expansão da Rede. Nossa objetivo é unir os sindicatos combativos independentes ao redor do mundo, respeitando as tradições e as culturas sindicais de diferentes países. A atual crise do capitalismo, os ataques que a nossa classe sofreu com a pandemia e, também, as seguidas tentativas dos governos em retirar direitos já justificam unificação do sindicalismo independente. Muitas organizações da classe trabalhadora, hoje, não se dispõem a, de fato, defender os trabalhadores e depositam todas suas

esperanças em governos ditos “progressistas”, ou em acordos espúrios com patrões. Simplesmente, abandonaram a luta de classes. Por isso, realizar esse encontro nessa conjuntura de crise econômica e de ataques aos trabalhadores e de guerras ao redor do mundo foi muito importante.

A reunião contou com a presença do Yuri Petrovich, do Sindicato Independente dos Mineiros de Kryvyy Rih, e da enfermeira Oksana Slobodyana, co-fundadora do Sindicato de Enfermeiras. Fale sobre o significado disto.

Herbert Claros – Foi fundamental contar com a presença de dois ativistas da resistência dos trabalhadores na Ucrânia. O sindicato do companheiro Yuri recebeu os donativos dos três comboios que enviamos para Ucrânia. A gente conheceu o Yuri no primeiro Comboio de Ajuda Operária à Ucrânia. Lá, a gente percebeu a importância de ter um sindicato independente nesse país, que luta contra a corrupção e contra um governo que tem agenda neoliberal e colaboração com o imperialismo europeu e norte-americano.

E também foi muito importante receber a Oksana, da Associação das Enfermeiras, que é um movimento impressionante, de base, que tem uma página no Facebook com 85 mil seguidores e, a partir das redes sociais e contatos em diversos hospitais, tem se organizado para salvar vidas desde antes da guerra. Passaram pela pandemia e, agora, ajudam no front de batalha. Oksana relatou que muitas enfermeiras estão no front de batalha ou nas

cidades socorrendo as vítimas de bombardeios e dos confrontos diretos.

A presença destes ativistas, com participação ativa na resistência, é um orgulho para a Rede e só reforça a vontade de continuarmos nossa campanha de solidariedade a eles, algo que temos conseguido materializar na prática e não somente em discursos e moções. Além dos comboios, agora, estamos fazendo uma arrecadação financeira para que o sindicato dos mineiros de Kryvyy Rih possa ter estrutura suficiente pra cavar poços artesianos nas suas cidades e assim fornecer água potável para sua população.

O Encontro foi organizado em torno de painéis e grupos setoriais e temáticos. Qual é objetivo desta estrutura?

Herbert Claros – Criamos esta estrutura na fundação da Rede, em 2013, para dar espaço e priorizar a atuação das bases. O sindicalismo combativo e independente tem que ser baseado no trabalho de base e na participação democrática dos trabalhadores e trabalhadoras nas suas organizações e isto pode ser intensificado quando criamos organismos, como grupos setoriais, seja por categoria ou temas (como a questão do machismo, da LGBTIfobia, do racismo, da crise migratória ou do colapso do clima). Nesse encontro, tivemos, por exemplo, um grupo que discutiu a questão da água e as mudanças climáticas, que permitiu que trabalhadores, a partir de seus próprios sindicatos e perspectivas, contribuam para o debate e a elaboração, permitindo



Hebert Claros

Foto: Márcia Mendes / Táctico Chimato

que possamos ser mais ativos, inclusive na solidariedade internacional. Esses grupos são uma tradição da Rede e, inclusive, queremos que eles sejam autônomos, desenvolvendo-se a partir dos contatos feitos nos encontros que realizamos.

Quais foram os principais encaminhamentos e propostas adotados pelo Encontro?

Herbert Claros – Os principais encaminhamentos foram feitos através da aprovação de moções em solidariedade a ativistas que estão presos, estão sendo perseguidos ou, ainda, foram demitidos. Também foram aprovadas moções em apoio a diversas mobilizações que estão ocorrendo ao redor do mundo, como as do povo palestino, dos povos originários e operários de Jujuy, na Argentina. E, evidentemente, a continuidade da solidariedade aos companheiros da Ucrânia.

Também tivemos deliberações destinadas a fortalecer a ampliar a Rede, consolidando os

contatos que temos aberto com distintos setores, mundo afora. Com este objetivo, aprovamos ampliar experiências com as reuniões regionais (ou continentais), online, como as que já aconteceram na América Latina e na Europa. Outra decisão muito importante foi realizar três reuniões ao ano, de maneira virtual, pois, já que não temos condições financeiras para nos encontrarmos presencialmente com mais frequência, iremos usar a tecnologia para nos reunirmos mais sistematicamente, dando também mais espaço aos sindicalistas e organizações que compõem a rede.

Por fim, também aprovamos a realização da construção de uma mobilização internacional que resulte na realização de uma “contra-cúpula” do G20, que se reunirá no Brasil, no Rio, em janeiro de 2024. Além disso, aprovamos a declaração-manifesto da Rede, que iremos publicar em nossa página.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3ZF7XYH](https://bit.ly/3ZF7XYH)**

CICLONES NO SUL

A tragédia como combinação do colapso ambiental com a irresponsabilidade social dos governos

 DIREÇÃO DO PSTU
DO RIO GRANDE DO SUL

Setembro sempre foi um mês chuvoso no Sul do país. Mas, este ano o volume de chuva e a velocidade das águas levaram a uma destruição sem precedentes. Enchentes, enxurradas e deslizamentos provocaram o maior número de mortes causadas por chuvas na história do Rio Grande do Sul (RS). Até terça, dia 12, haviam sido registrados 48 mortos e um número semelhante de pessoas continuavam desaparecidas.

O Rio Taquari subiu de 13 para 26 metros em pouco mais de 24 horas. Mais de 13 mil casas foram danificadas e arrastadas. Os pequenos produtores rurais perderam plantios, animais, galpões e máquinas. A estes números se somam as



21 mortes e os 57,5 mil desalojados, entre janeiro e julho deste ano, nos dois ciclones anteriores. Calcula-se que cerca de 342 mil pessoas foram atingidas, direta ou indiretamente.

Neste momento, por todo o estado, as chuvas seguem muito volumosas e não está descartado que os números desta tragédia se ampliem.

TRAGÉDIA ANUNCIADA E OMISSÃO

O mais absurdo é que, desde o início do ano, os institutos de meteorologia têm alertado que a região sofreria com um grande volume das chuvas, fruto da intensificação do El Niño, em função das mudanças climáticas provocadas pelo capitalismo. Mas

nada foi feito para que esta tragédia fosse evitada.

O erro não foi dos institutos meteorológicos. A culpada não é a natureza. Houve irresponsabilidade dos governos

O governador Eduardo Leite (PSDB), no meio da tragédia, tentou se justificar, afirmando que não havia sido alertado sobre o "volume das chuvas". Mas foi desmentido pelo Instituto de Meteorologia (MetSul), que demonstrou que havia alertado as autoridades que o "cenário de precipitação para estes primeiros dez dias de setembro" seria sem precedentes.

Mesmo assim, o estado e os municípios deixaram de avisar a população sobre rotas de fuga e muito menos orientaram locais para que pudessem servir como abrigos ou sobre o que fazer em situações de emergência.

NÃO HÁ POLÍTICA DE PREVENÇÃO

O Rio Grande do Sul conta com, pelo menos, 59 municípios com risco alto ou muito alto de inundações. Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM), dos 1.580 municípios brasileiros incluídos no cadastro nacional de risco, 54% não têm sequer um Plano de Redução de Risco.

Muitas vezes, tanto no RS quanto no resto do Brasil, os planos sobre as bacias hidrográficas não incluem a prevenção de eventos extremos. Da mesma forma, não há zoneamento de risco e, também, há poucos recursos disponibilizados, seja pelo governo federal ou os estaduais, para a transferência de moradores de áreas alagadiças para pontos mais seguros.

CLIMA

A urgência de medidas diante do colapso ambiental avança

Por conta do colapso ambiental, daqui para frente, eventos extremos como secas e enchentes serão cada vez mais intensificados. A primeira necessidade é reverter esta dinâmica destrutiva, que é própria do sistema capitalista.

É mais atual do que nunca que há apenas duas op-

ções para a humanidade: socialismo ou barbárie/colapso ambiental. Por isso, é urgente que se façam mudanças profundas nas formas de produção e na relação com a natureza.

Porém, enquanto sob efeito destes eventos extremos, a humanidade precisa de medidas adaptativas. Isto

significa a disponibilização de muitos recursos para contenção de encostas, drenagem, construção de barragens, diques de proteção, desassoreamento do leito dos rios, estudos de áreas de risco, criação de reservas florestais nas margens dos rios e construção de moradias populares.

Em 2023, o orçamento federal para riscos e desastres é o menor em 14 anos. De 2013 a 2022, o governo destinou R\$ 19,9 bilhões à gestão de riscos e desastres. Só 31% deste total foram investidos em iniciativas de prevenção, enquanto 69% foram usados em medidas de socorro, assistência às populações vitimadas, restabelecimento de

serviços essenciais e reconstrução das cidades.

Enquanto isso, de janeiro a junho de 2023, o governo já gastou R\$ 1,044 trilhão com juros e amortizações da dívida pública, mais da metade (51,89%) de todos os gastos federais. No RS, Eduardo Leite pagou, no ano passado, outros R\$ 881 milhões à União e aos bancos.

MINGUADO

Auxílios anunciados pelos governos são totalmente insuficientes

A PSTU e sua militância, em primeiro lugar, se solidarizam com os familiares e amigos das vítimas. Também estamos nos somando à campanha de solidariedade desenvolvida pela da CSP-Conlutas RS e outras entidades, através da coleta, em locais de moradia e trabalho, de alimentos, itens de higiene e limpeza e móveis.

Porém, é preciso dizer que a responsabilidade pela vida das

pessoas é, em primeiro lugar, do estado.

Até o momento, os governos federal e estadual anunciaram algumas formas de auxílio que são totalmente insuficientes. O governo federal vai disponibilizar R\$ 800 para cada pessoa desabrigada, dividido em duas parcelas de R\$ 400. Além disto, o governo liberou o saque antecipado do FGTS e antecipação do pagamento de benefícios sociais, como o

Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), somente antecipando recursos que já estavam previstos.

O governador Eduardo Leite, apesar de liberar um valor aparentemente maior (R\$ 2.500 por família desalojada e R\$ 700 por família atingida), também criou obstáculos para o acesso ao auxílio, já que só receberão estes valores as pessoas que estão no Cadastro Único; ou seja, em

situação de pobreza ou de extrema pobreza (famílias que recebem menos do que meio salário-mínimo por pessoa).

Contudo, é evidente que estes valores são muito baixos para aqueles e aquelas

que perderam tudo, a começar pelas casas, móveis, aparelhos domésticos e roupas. É necessário garantir auxílios mensais, até que estas pessoas possam voltar a ter suas vidas organizadas.

RAIO X DA TRAGÉDIA



Mortos – 48

Desaparecidos – 46

Desabrigados – 4.794

YURI PETROVICH

“Quero ver meu país livre das botas dos ocupantes. É por isso que lutamos”

Yuri Petrovich é presidente do Sindicato Independente dos Mineiros de Krivih Ryh, na Ucrânia, e tem participado da luta contra a invasão de seu país pelo exército russo desde o início da guerra, onde, neste momento, estão seu filho, seu neto e muitos de seus companheiros. Em passagem pelo Brasil para participar do congresso da CSP-Conlutas e do encontro da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, Yuri conversou com o Opinião Socialista, contando como os trabalhadores se mobilizam contra a guerra e denunciando o caráter colonial da invasão de Putin.

 DA REDAÇÃO,

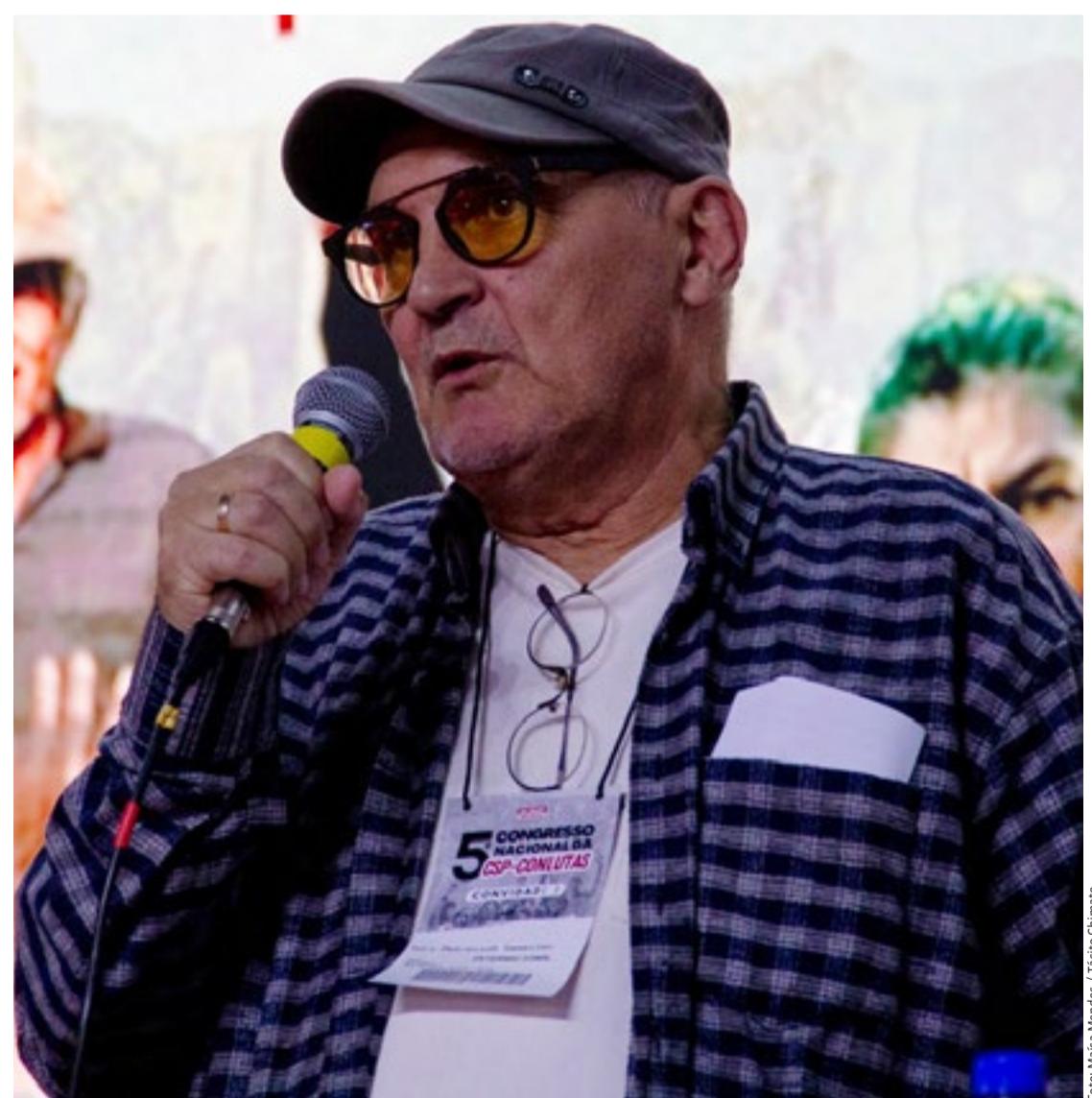
Por que você classifica a guerra da Ucrânia como uma guerra colonial?

Yuri Petrovich – A Rússia é um império. Na segunda metade do século 20, depois da Segunda Guerra Mundial, todos os países coloniais conseguiram sua independência, mas seguiram sendo semicolonizados. Os povos que estavam sob o domínio do Império [russo] Czarista, e também algumas colônias de outros países colonialistas, não conquistaram a independência. Evidentemente que a própria Rússia, depois da restauração do capitalismo, de certa maneira herdou essa influência, assumindo um papel de colonização, herdado de países metropolitanos. Mas, tem sua especificidade, porque a Federação Russa não apenas tem uma relação de domínio com as ex-repúblicas da União Soviética (URSS), mas também com as próprias repúblicas que se encontram, hoje, dentro do que chamam de Federação Russa. Isso já existia, mesmo desde antes da Revolução de Outubro de 1917. Uma parte dessas repúblicas se libertou com o fim da

URSS, mas, até hoje, a questão da independência nacional (ou mesmo a aspiração pela independência nacional) não está resolvida. No caso da Ucrânia isso é muito notório, já que o país é a maior das nacionalidades. A Ucrânia tem o seu idioma e sua cultura, mas sob a dominação russa houve a continuidade de uma política de “russificação”, com o domínio de empresas de capital russo, com seus principais recursos energéticos e naturais nas mãos do capital russo. Por exemplo, toda a rede elétrica seguia sendo integrada e dominada pela Rússia. As redes de gás e de petróleo, também. É essa dominação de todas as redes que Rússia, agora, tenta manter por meios militares.

O que você acha da declaração de Vladimir Putin, afirmando que a Ucrânia é uma invenção de Lênin e dos bolcheviques?

Yuri Petrovich – Os ucranianos não viram essa declaração, porque se recusam a ouvir qualquer fala de Putin. Na realidade, precisamos analisar com que autoridade Putin dá suas declarações. Tudo o que diz (e disse) está ditado por seu nível cultural; pois, como se



sabe, ele nunca foi alguém de nível cultural elevado. Se formou como oficial da KGB (serviço secreto soviético) e, depois, se tornou um servo dos oligarcas. Eles precisavam de uma pessoa que

pudesse controlar e Putin foi essa pessoa. Depois, o próprio Putin eliminou uma parte desses oligarcas, por meio de assassinatos e prisões, e se transformou, ele próprio, num oligarca.

Esse método não é novo. É o método dos impérios. Também foi assim no Império Bizantino, no Otomano, no Romano etc. Mas, depois vem a decadência. É esse momento que estamos vendo na Rússia.



Foto: CSP-Conlutas/Divulgação

Comboio da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas entregou donativos ao Sindicato Independente de Metalúrgicos e Mineiros da cidade de Kryvyi Rih, na Ucrânia.

Em todos os escritos do Império Bizantino [que durou do ano 395 até 1453] encontramos milhares de páginas sobre o que seria esse território do Estado ucraniano. Nos documentos históricos desta época, não encontramos referências ao Reino de Moscou. Então, não dá para negar a existência dessa cultura e nacionalidade. Negá-la significa uma atitude anti-histórica.

Qual é o papel que o Sindicato Independente de Metalúrgicos e Mineiros de Kryvyi Rih vem desenvolvendo na resistência?

Yuri Petrovich – Nos primeiros dias da guerra, os principais quadros da entidade foram para a frente de batalha. Evidentemente, por conta da idade, eu não fui e fiquei no sindicato. Hoje, a maioria dos dirigentes do sindicato é formada por mulheres operárias da mineração. Temos um total de três mil membros filiados e pelo menos um terço está combatendo na frente de batalha. Ou seja, cerca de mil companheiros. Naturalmente, há um debilitamento da força sindical da categoria, mas eles estão lutando contra o invasor.

A guerra mudou completamente o trabalho do sindicato, quando comparado com o que é feito em tempos de paz. Mas, nesse momento, defendemos nossos companheiros que estão na linha de frente como um operário. Defendemos que se mantenha o mesmo salário que ganhava na empresa, porque há uma lei que não obriga as empresas a pagarem o mesmo salário a quem vai para o front. Ele [o operário que luta na frente de batalha] depende totalmente do salário que vai ser pago pelo governo.

Defendemos que os salários sejam mantidos, além de todas as conquistas sociais. Ou seja, defendemos o operário que está na linha de frente e, também, o defendemos frente às autoridades militares e do Estado.

Como vocês avaliam o papel do Zelensky na Guerra?

Yuri Petrovich – Zelensky foi um profissional no terreno de atuação e segue se relacionando com os setores de poder e mantendo relações internacionais. No campo militar, sua atuação é protocolar. Não tem muita incidência na estratégia militar. A maioria das pessoas o veem como “normal”, desempenhando esse papel. Mas, para dizer de maneira suave, em relação aos trabalhadores e os setores mais necessitados da população, há muitas críticas.

Há críticas, inclusive, que não são feitas apenas pelos trabalhadores. No entanto, sua popularidade foi conquistada simplesmente por ter ficado no país, por não ter fugido [no início da guerra]. Todos achavam que Zelensky fugiria. Mas, para surpresa de Moscou, ele ficou. E também para o espanto dos norte-americanos, que haviam até preparado um avião para que ele fugisse para a Turquia.

Veja, hoje um míssil caiu na cidade de Kryvyi Rih, matando 50 pessoas, ferindo muitos e provocando muita destruição. Então, diante dessa situação, a população é capaz de distinguir de onde veem os prejuízos? Entre os prejuízos causados por uma invasão e uma ocupação genocida e os prejuízos causados por medidas e leis de um governo que ataca

os trabalhadores? Na verdade, o que se cria é uma situação na qual a população relativiza os prejuízos. Diante da agressão da Rússia, a população se une contra a agressão. E isso acaba fortalecendo o governo, face a essa situação de guerra e invasão.

No Brasil, uma parte da esquerda tem adotado a narrativa de que a guerra é, na verdade, um conflito promovido pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contra Putin. Muitos, diante da guerra, até mesmo se colocam do lado da Rússia. Como você avalia isso?

Yuri Petrovich – A Rússia vive da exploração do petróleo e do gás. Neste momento, 70% das empresas que extraem petróleo e gás têm o seu abastecimento e sua provisão para funcionamento vinculadas às próprias corporações capitalistas do ocidente.

Recentemente vimos que um míssil russo (que caiu, mas não detonou) tinha seus componentes fabricados em todos os países da OTAN. Então, são mísseis da OTAN que a Rússia está usando no bombardeio contra a Ucrânia. Isso mostra toda a falsidade das sanções. Todos os drones kamikazes fornecidos pelo Irã, os Shahed, têm uma parte de seus componentes fabricados na França.

O objetivo real dessa guerra não é um combate contra a OTAN. É a rapina das riquezas ucranianas, dos recursos naturais do país e especialmente da terra. Como se sabe, a Ucrânia é um grande produtor de trigo e essa terra negra da Ucrânia, extremamente fértil, é encontrada numa grande extensão do

novo país. É algo muito raro e esse é um dos grandes objetivos da ocupação da Ucrânia.

Todos conhecemos os métodos dessa guerra na cidade de Mariupol. As tropas russas, seus mercenários e os soldados chechenos promoveram um genocídio. Em uma cidade de 300 mil habitantes, pelo menos 100 mil foram assassinados e outros 50 mil tiveram que fugir. Se isso não é uma guerra genocida, o que pode ser então? Como classificá-la?

Quem fala que isto é um suposto conflito entre Putin e a OTAN não percebe a dinâmica do mercado mundial. O comércio mundial não parou. A Rússia recebeu mais dinheiro das exportações do que se supõe.

O bilionário Elon Musk, com sua empresa de satélites Starlink, instalou seu sistema de internet para supostamente ajudar a Ucrânia e ganhou muito dinheiro com isso. Mas, ele também conquistou domínio sobre o espaço da internet da Ucrânia e usa isso pra chantear o país e ajudar a Putin, de tal modo que pode controlar e paralisar todos os drones usados pela resistência na linha de frente.

Elon Musk é um chantagista e ele ajuda a manter o controle da Rússia sobre a Crimeia. Se houve algum avanço da Ucrânia na Crimeia é porque foram abandonados os sistemas da Starlink. Antes, com o sistema da Starlink, os russos conseguiam alvejar e derrubar facilmente os drones ucranianos. Musk é um bilionário que

se envolveu numa guerra e se tornou um tremendo vilão.

Portanto, quem vê essa guerra com essa visão simplificadora, de um simples conflito entre a OTAN e Putin, é um ignorante que não tem uma visão profunda da economia e da política.

Como você está reagindo ao imenso apoio dado pelos participantes do Congresso da CSP-Conlutas à luta do povo ucraniano?

Yuri Petrovich – Eu sempre soube que a relação da base dos trabalhadores, do povo simples, no que se refere à causa ucraniana, é de simpatia, de apoio e solidariedade. Os meios de comunicação de massa não se referem a isso; mas, simm às posições dos dirigentes dos países.

Na realidade, em relação ao apoio concreto da CSP-Conlutas, a gente não apenas sabia, como já o tínhamos recebido [através dos Comboios de Ajuda Operária, organizados pela Central]. Mas, nesse congresso, nas fotos e vídeos que enviei para a Ucrânia, vi algo muito forte na reação da base dos operários ucranianos, de verdadeiro entusiasmo. Algo que não é comum nesse momento de guerra, pois sabemos que momentos de alegria podem ser ofuscados por grandes tragédias.

Eu quero ver meu país livre das botas dos ocupantes, em paz, em liberdade e com independência. É por isso que lutamos. Peço a todos para apoiar a nossa causa. Muito obrigado.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/44MNS3Q](https://bit.ly/44MNS3Q)**

ATIVIDADE EM SÃO PAULO. NÃO PERCA!

**CONVERSA
GUERRA
E RESISTÊNCIA
ÚCRANIANA**

**QUARTA-FEIRA
20 SET. 18h30**

Auditório da Faculdade de Direito da USP (Largo do São Francisco, nº 95 - Centro)

Yuri Samolov, operário ucraniano, vindo do front, fala sobre a invasão russa.

PSTU LIT-DI

CHILE

Os 50 anos da tragédia chilena

 DA REDAÇÃO,

Foi em 11 de setembro de 1973 que as Forças Armadas do país, juntamente com os “carabineros”, a chamada “polícia ostensiva” chilena, bombardearam o Palácio de La Moneda, sede da Presidência, colocando um fim ao governo da Unidade Popular do presidente Salvador Allende.

O golpe foi realizado sob o comando do general Augusto Pinochet, recém promovido (exatos 19 dias antes), pelo próprio Allende, a Comandante-Chefe do Exército. Inaugurava-se, assim, uma sangrenta ditadura que deixou um rastro de milhares de mortos e torturados.

Segundo o Instituto Nacional dos Direitos Humanos do Chile, a ditadura matou aproximadamente 4 mil pessoas. Já dados de grupos de familiares apontam 100 mil vítimas entre mortos, desaparecidos, torturados e presos.

O golpe militar enterrou, também de forma trágica, a chamada experiência do “caminho chileno para o socialismo”, baseada na suposta possibilidade de se atingir o socialismo por dentro das instituições e de eleições burguesas,

Cinco décadas depois, o golpe no Chile ainda guarda importantes lições para os revolucionários, principalmente num contexto marcado, simultaneamente, por governos de conciliação de classes e o ascenso da extrema direita.

CRISES E DIVISÕES INTERBURGUESAS

A vitória da Unidade Popular, numa apertada eleição no final de 1970, teve como um dos fatores decisivos a divisão da burguesia do país, em função de uma crise provocada pela ofensiva colonizadora do imperialismo no continente.

Se, na primeira metade do século, Chile e Argentina mantiveram-se sob as asas do imperialismo britânico, desde o final da Segunda Guerra, com o declínio da Inglaterra como potência mundial, os Estados Unidos estavam tentando consolidar o continente como seu quintal.

Essa ofensiva dos EUA provocou dois processos combina-

dos: um ascenso de massas contra a pilhagem imperialista, mas também uma relativa resistência por parte de setores da burguesia que queriam melhorar as condições de sua submissão.

No Chile, em torno das mudanças estruturais em curso, com o desenvolvimento de novos setores da economia e o declínio de outros, isso se refletia na divisão da burguesia em dois partidos: o Partido Nacional (PN), ligado aos antigos setores, principalmente dos latifundiários, e o Partido Democrata Cristão (DC), associado aos setores mais “modernos”.

Em meio a essa divisão burguesa, a coligação da Unidade Popular, formada pelo Partido Socialista (PS), o Partido Comunista (PC), o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU) e o Partido Radical, foi eleita com 36% dos votos.

A UNIDADE POPULAR NO GOVERNO

O governo Allende, uma vez no poder, aproximou-se da política de governos nacionalistas burgueses, tal como o de Perón,

na Argentina. Adotou medidas “progressistas”, como a nacionalização da mineração e dos bancos, e uma tímida reforma agrária, empurrado, ainda, pela força das mobilizações.

Vale lembrar que esse processo não era dirigido pela burguesia, mas pelos partidos operários e de esquerda, em aliança com setores burgueses, e não tinha por objetivo a superação do capitalismo.

Uma política trotskista diante de um governo desse tipo deveria, portanto, ser de oposição de esquerda. Não apoia-lo ou, muito menos, integrá-lo, como o PC ou o PS, já que era um governo burguês, que buscava conter a mobilização social e reformar o capitalismo.

Seria preciso construir uma oposição de esquerda que se apoiasse nas organizações e nas lutas de massa, através de uma política de exigências em relação às reivindicações, avançando na mobilização e denunciando seu caráter burguês, a fim de construir uma alternativa revolucionária e socialista. Inclusive para combater a extrema direita golpista.



Ataque dos militares ao palácio do governo, La Moneda, no Golpe Militar de 1973.

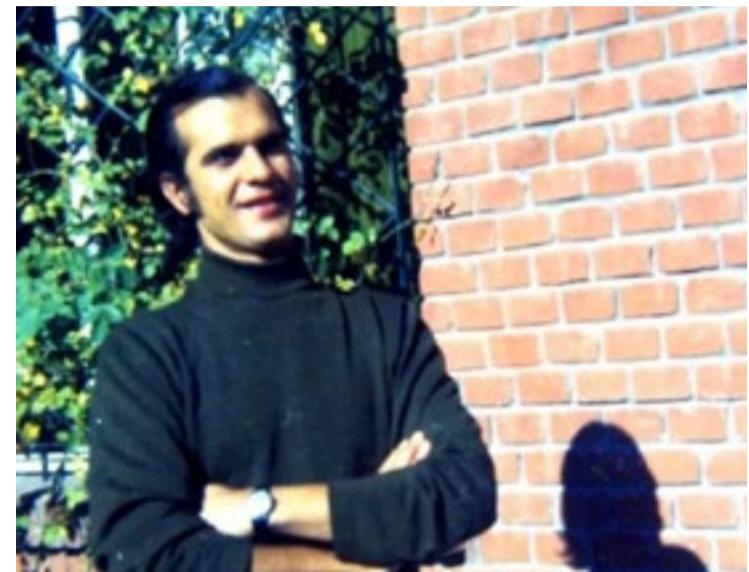
ABSURDO

Governo Boric reprime marcha em homenagem às vítimas da ditadura

Em 10 de setembro, às vésperas do aniversário do golpe, foi realizada uma tradicional marcha de homenagem às milhares vítimas da ditadura de Pinochet: a “Romeria”. No entanto, ao mesmo tempo em que homenageava Allende, o presidente Gabriel Boric colocou os “carabineros” para barrar e reprimir a marcha que se dirigia ao Cemitério Geral.

Formando um cordão de isolamento, a polícia só liberava a passagem de partidos ligados ao governo, como o Partido Comunista, o Socialista e a Frente Amplia. Evidentemente, os ativistas, muitos familiares de vítimas da ditadura, não aceitaram este absurdo e foram duramente reprimidos pela polícia.

“Gabriel Boric e seu governo cumprem hoje o mesmo roteiro dos governos anteriores e, nos atrevemos a dizer, em alguns casos é ainda mais repressor que o odiado Sebastián Piñera”, denuncia uma nota do Movimento Internacional dos Trabalhadores (MIT), seção da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI) no país.



Túlio Quintiliano foi um dos milhares de desaparecidos no dia do golpe. Túlio integrava um pequeno grupo de militantes brasileiros, então exilados no Chile, chamado Ponto de Partida.

Isso ficou evidente nos turbulentos anos de 1970 a 1973. As medidas “progressistas” foram respondidas com uma intensificação da oposição burguesa e do imperialismo. A Democracia Cristã, que de início apoiava que Allende governasse, radicalizou e se uniu ao Partido Nacional, numa oposição frontal à UP.

E o fato de o governo não romper com os limites do capitalismo, aliado ao boicote da burguesia, jogaram o país numa grave crise econômica, ao mesmo tempo em que a polarização provocou o surgimento de grupos de ultradireita.

POLARIZAÇÃO E GOLPE

A polarização, porém, também radicalizou a luta de classes, com enormes manifestações, ocupações de fábricas e canteiros de obras paralisadas pelos patrões, e a criação de embriões de duplo poder, como os Cordões Industriais (organizações criadas nas fábricas e empresas ocupadas de uma determinada região,

com controle operário exercido através de assembleias e conselhos votados com mandatos revogáveis).

Allende, porém, ao invés de se apoiar na mobilização e nos organismos da classe operária, inclusive armando a classe contra as ameaças golpistas, fez o contrário: tentou contornar a crise através de acordos com a burguesia e as Forças Armadas, chamando a classe a confiar no Exército.

O desfecho trágico do golpe de 11 de setembro de 1973 foi a resultante dessa política de conciliação de Allende e dos setores de esquerda que o apoiavam, como o Partido Comunista e o Partido Socialista.

Uma lição da impossibilidade de uma via pacífica para o socialismo, da necessidade de uma política baseada na independência de classe e, principalmente, da urgência da construção de uma alternativa revolucionária e socialista.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3RAWSSJ](https://bit.ly/3RAWSSJ)**

INDÍGENAS

Não ao Marco Temporal e a armadilha de Alexandre de Moraes!

 JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai retomar o julgamento do Marco Temporal no dia 20 de setembro. O julgamento foi suspenso no último dia 31, após o plenário alcançar placar de 4 votos a 2 contra a tese. Os ministros bolsonaristas Nunes Marques e André Mendonça votaram a favor.

A tese do Marco Temporal é defendida por grandes proprietários de terras, grileiros e empresários do agronegócio. Consiste na ideia de que os povos tradicionais só têm direito a territórios já ocupados até a data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

UMA FARSA À SERVIÇO DO AGRO

Quem conhece um tiquinho da História do Brasil sabe



Foto: Maísa Mendes / Tácito Chimato

que a tese do Marco Temporal é uma farsa. Muitos indígenas, de fato, não ocupavam o seu território ancestral na data da promulgação da Constituição, e a razão para isso é bastante óbvia: em 1988, os indígenas há muito já haviam sido expulsos e impedidos de estarem em suas terras. Impedidos por jagun-

ços armados por latifundiários ou mesmo pelas “autoridades” do Estado brasileiro, que simplesmente removeram os indígenas de terras cobiçadas pelos fazendeiros.

A aprovação do Marco Temporal vai representar o maior ataque aos direitos constitucionais indígenas em nossa história recente.

Vai legitimar as invasões, as expulsões e a violência que vitimam os povos indígenas. Vai representar um novo ciclo de genocídio indígena.

TESE AVANÇA NO SENADO

Ao mesmo tempo, no Congresso o Marco Temporal avança empurrado pela Bancada Ruralista e com pouca resistência do governo Lula. Basta lembrar que, na Câmara dos Deputados, o projeto recebeu 99 votos favoráveis de deputados de partidos que ocupam ministérios no atual governo. Dentre eles, parlamentares do MDB, União Brasil, PSB, PSD e PDT.

No Senado, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou um projeto de lei (PL 2.903/2023) e vai agora para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto proíbe a ampliação das terras indígenas já demar-

cadas e declara nulas as demarcações que não atendam aos seus preceitos. Também estabelece novas regras para dificultar a demarcação de terras indígenas, dentre elas a suspeição (ou seja, questionamento legal da “imparcialidade”) dos antropólogos, peritos e especialistas que atuarem no procedimento.

O PL prevê, ainda, a exploração econômica das terras indígenas (inclusive a mineração) e autoriza a União a utilizar as terras indígenas para a instalação de bases militares, construção de rodovias, instalação de redes de comunicação etc., sem que seja necessário consultar a comunidade ocupante ou os órgãos indigenistas – uma clara violação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Por fim, o libera o cultivo de organismos transgênicos em terras indígenas.

ATENÇÃO!

‘Solução’ de Alexandre de Moraes é armadilha

As organizações dos movimentos indígenas alertam corretamente para uma armadilha que está sendo preparada. Trata-se da solução articulada por Alexandre de Moraes, que votou contra o Marco Temporal, mas apresentou uma “tese meio termo”, na qual supõe a existência de proprietários rurais de “boa fé”.

Através desta manobra, o magistrado defendeu a garan-

tia do direito de indenização integral às pessoas que possuem títulos de propriedades em terras indígenas, em caso de desapropriação.

Na prática, essa tese é um golpe contra os direitos constitucionais indígenas sobre suas terras de ocupação tradicional. A indenização aos supostos proprietários de terras desconsidera totalmente o processo de grilagem. Os títulos de

propriedade são uma ficção criada por muitos ruralistas, pois a maioria dos invasores de terras consegue apresentar uma certidão fraudulenta de propriedade da terra registrada em algum cartório oficial.

No Brasil ruralista, o que vigora são as ações de verdadeiras máfias de fraude cartorial, que envolvem funcionários corruptos do Instituto Nacional de Colonização

e Reforma Agrária (INCRA), donos de cartórios, políticos, juízes e autoridades de distintas esferas. A indenização seria um prêmio para aqueles que foram responsáveis pela expulsão dos indígenas de seus territórios.

Por outro lado, a proposta de Moraes inviabiliza a demarcação dos territórios indígenas, pelo custo dos pagamentos das indenizações e por

tornar o processo ainda mais lento e complexo. Um exemplo concreto ocorre com a titulação dos territórios quilombolas, em tese assegurada pela Constituição. Segundo a legislação, a titulação dos territórios quilombolas prevê a indenização, o que contribui para o fato de que apenas 5% dos quilombolas vivam em territórios demarcados, segundo o censo do IBGE de 2023.

NOSSO MARCO É ANCESTRAL

Direitos indígenas não são moeda de troca!

A proposta de Alexandre de Moraes é favorável aos interesses dos grandes proprietários rurais. Não por acaso, o agro aplaude Moraes e ensaiou a estratégia de impulsionar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para garantir as indenizações e outras medidas em favor dos ruralistas.

Embora Lula se coloque contra a tese, seu governo, na prática, vem rifando os direitos indígenas em negociações com Arthur Lira, o Centrão e a Bancada Ruralista. É preciso pressionar e exigir que o governo Lula efetivamente combata o Marco Temporal e pare de rifar os direitos dos povos indígenas.

Não se pode depositar confiança alguma no poder judiciário e no governo. Ao movimento indígena só resta confiar nas suas próprias forças, na mobilização e na aliança com os demais setores oprimidos e com a classe trabalhadora, para derrotar o Marco Temporal, assegurando seus direitos conquistados com muita luta e sangue.



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/44VQ3GH](https://bit.ly/44VQ3GH)

Foto: Maísa Mendes / Tácito Chimato

OPINIÃO SOCIALISTA

25 DE OUTUBRO

LANÇAMENTO DO SITE DO OPINIÃO SOCIALISTA

No dia 25 de outubro, data da vitória da Revolução Russa de 1917, **vamos lançar o**

novo site do Opinião Socialista, o jornal do PSTU. Agora, além da versão impressa, que entregamos de mão em mão, teremos a versão digital do jornal, conectada em um portal de diário de notícias – www.opiniao-socialista.com.br – e nas redes sociais.

Será um portal dinâmico, com informações do que acontece no dia a dia da luta dos trabalhadores – da cidade e do campo – e da juventude do Brasil e do mundo. Se a nossa luta é diária, nosso jornal também tem que ser.

O anúncio do novo portal foi realizado durante o 5º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, realizado em São Paulo (SP), no último final de semana. Organizamos uma intervenção especial do Opinião Socialista com folder, cartaz e camisa. Veja as fotos dos ativistas com o cartaz de divulgação do novo site:



Ativistas de todo o Brasil com o cartaz do novo portal, durante o congresso do CSP-CONLUTAS, em São Paulo